

# Ricos não perdoam dívida dos pobres

PARIS — Os sete países mais ricos do Mundo não pretendem ser generosos com as nações endividadadas, e optaram pelo pragmatismo em suas decisões relativas ao problema da dívida externa da América Latina. No comunicado final da reunião dos industrializados, fica bem claro que os Sete Grandes defenderão com firmeza a estratégia de negociação da dívida caso por caso. O texto subscrito pelos sete ricos aconselha os endividados a adotar políticas de reajuste econômico equilibradas, com o aval do FMI e do Banco Mundial, cujo objetivo deverá ser o estímulo dos investimentos e o esforço para aumentar as remessas de lucros para o exterior.

Políticas “perseverantes” de reajuste, nos países devedores, e controle do FMI e Banco Mundial, não são propriamente novidades na espinhosa questão da dívida. Tudo indica que, mais uma vez prevaleceu a tese do Governo americano, cuja concessão máxima, no caso, é a aplicação prática do Plano Brady, através de novos recursos do FMI e do Banco Mundial para os países considerados “bons alunos do FMI”.

Quanto aos outros, que esperavam um gesto dos ricos — como o Presidente José Sarney em sua patética carta ao Presidente François Mitterrand chamando a atenção para os riscos de violência provocados pela dívida externa — se não aceitarem o enfoque monetarista que o Governo americano continua a impor nesta questão, que se virem.

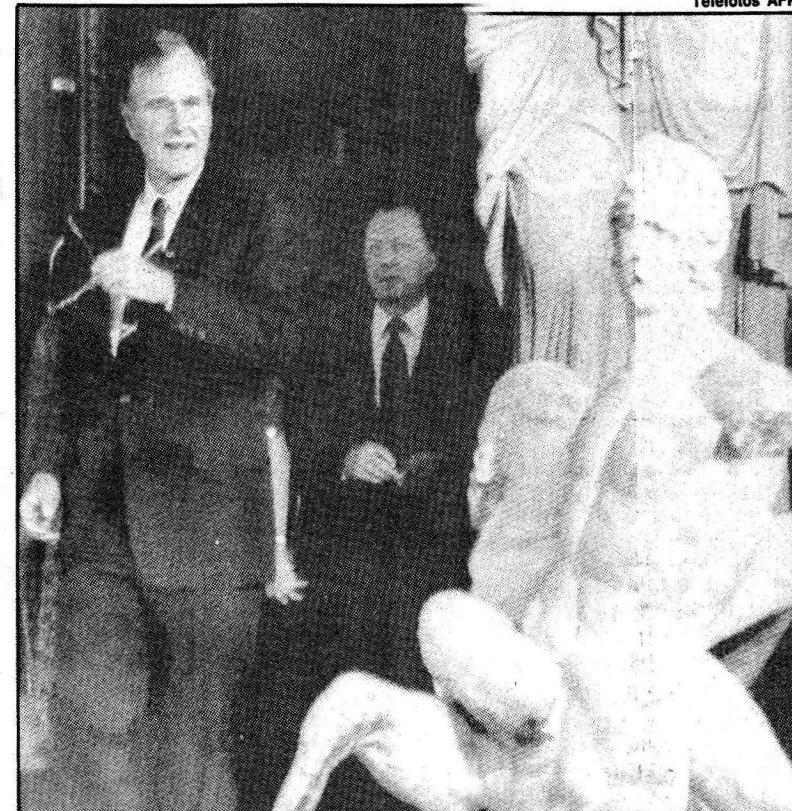
O Plano Brady é citado no comunicado final, intitulado “Declaração Econômica”, em apenas dois itens, os que atribuem ao FMI e ao Banco Mundial a tarefa de “reduzir substancialmente a dívida colocando em reserva uma parte dos empréstimos programados, e financiar, através de um fundo denominado Contas Bloqueadas, o pagamento dos juros”.

Outra concessão dos ricos aos endividados é “a maior flexibilidade dos créditos para exportação no contexto do Clube de Paris”. Mas não vão mais longe e insistem no arrocho econômico como condição prévia para soluções negociadas do endividamento. E recomendam que “que os países endividados apliquem rapidamente programas de reformas que abram caminho para a redução do peso e do serviço da dívida conforme as orientações definidas pelas duas instituições de Bretton Woods” (FMI e Banco Mundial).

Para compensar tanta ortodoxia, os ricos garantem que vão encorajar os bancos comerciais a adotar enfoques realistas e construtivos em suas negociações com os devedores, e a concluir rapidamente acordos fi-



Na sessão final da reunião, os Presidentes Bush e Mitterrand, e os Primeiros-Ministros Thatcher, Mulroney e Uno



No Museu do Louvre, George Bush e o Presidente da CEE, Jacques Delors

nanceiros para reduzir o peso e o serviço da dívida. Mas assinalam que, de nenhuma maneira, os credores públicos deverão substituir os credores privados. Para isto, afirmam que os governos dos Sete estão dispostos “a rever os sistemas fiscais e os regulamentos respectivos, a fim de eliminar os obstáculos à redução do peso e do serviço da dívida”.

A defesa do meio ambiente, que deveria ser um dos itens mais importantes da pauta dos Sete Grandes, tomou, efetivamente, muito tempo dos Chefes de Estado e de Governo, pois mereceu nada menos que nove páginas no comunicado final. A questão da Amazônia foi debatida e resultou numa decisão que vai provocar a cólera dos “verdes” brasileiros e a satisfação do Governo: “Para ajudar os países em desenvolvimento a remediar os desgastes passados, e estimulá-los para que tomem medidas adequadas na questão do meio ambiente, vamos estudar quais serão os estímulos econômicos possíveis, inclusive os mecanismos de ajuda e a transferência de tecnologia específica”.

Em alguns casos particulares, a anulação da dívida resultante da ajuda pública ao desenvolvimento, e dos acordos de intercâmbio dívida-natureza, podem ter papel importante na

defesa do meio ambiente. Em outras palavras, as nações industrializadas não desistem de intervir na questão ecológica do Terceiro Mundo e, diante das dificuldades de ditar regras de conduta, oferecem subsídios aos “bons alunos ecológicos”, desde que possam, por este canal, exportar suas tecnologias recentemente pesquisadas e inventadas para a proteção do meio ambiente.

Pregam também a aplicação imediata de um plano de ação para a salvaguarda das florestas tropicais, como o que foi adotado em 1986 no contexto das Nações Unidas.

No que diz respeito aos problemas específicos dos países ricos, os Sete concordaram em unir esforços para impedir que a inflação cresça novamente e ameace o equilíbrio alcançado nos últimos dois anos.

Satisfeitos com o crescimento econômico verificado desde 1987, os ricos temem que o ressurgimento da inflação, que foi contida na maior parte destes países graças a uma política de cooperação entre autoridades monetárias, perturbe o processo de crescimento econômico, cuja taxa variou de três a cinco por cento este ano na Europa e América do Norte. Para isto, recomendam que seja diminuído o déficit dos balanços de pagamento dos Estados Unidos, Canadá e Itália.

Telefotos AFP